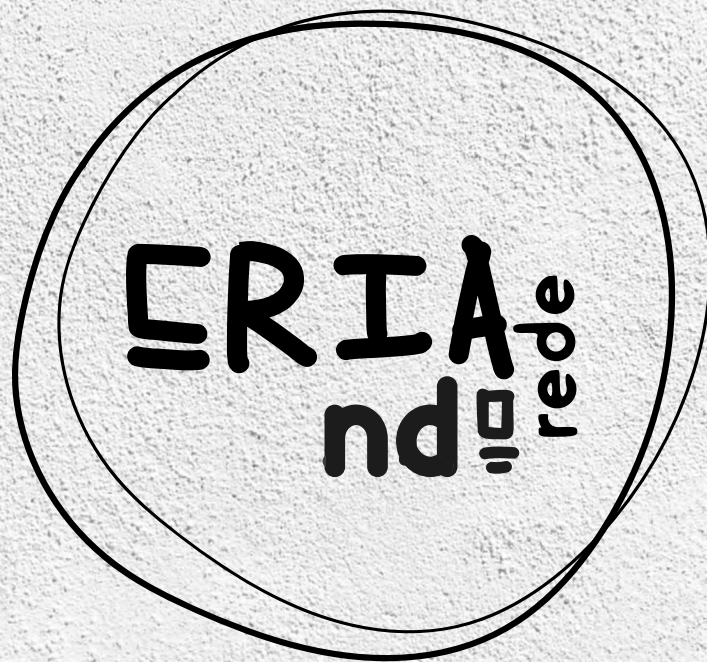


BOLETIM

Violências
contra crianças,
adolescentes e jovens
DA MARÉ NA PANDEMIA

ERIA
nd de rede

Rio de Janeiro, 2020



Proteção à vida de crianças e adolescentes da Maré

Equipe da pesquisa

Coordenação Geral

Raquel Willadino

Coordenação Executiva

André Rodrigues

Pesquisadores

Isabele dos Anjos

Leandro Marinho

Marcele Frossard

Esta pesquisa foi desenvolvida pelo Observatório de Favelas no âmbito do projeto CRIAndo Rede: proteção à vida de crianças e adolescentes da Maré. A iniciativa CRIAndo Rede é uma realização do UNICEF, desenvolvida em parceria com Observatório de Favelas, Redes da Maré e coordenação executiva do Luta Pela Paz.



SUMÁRIO

Introdução.....	4
1. Sobre a Pesquisa.....	5
2. Violências contra crianças, adolescentes e jovens da Maré e o contexto pandêmico.....	6
I. Dimensões estruturais: “o território não é violento, o território é violentado”.....	7
II. Das violências que atravessam todas as faixas etárias, mas atingem especialmente adolescentes e jovens.....	8
Violência do Estado, violência policial e violência armada.....	8
III. Das violências que atingem preferencialmente crianças e adolescentes.....	13
Violências físicas.....	13
Violência psicológica.....	13
Violências autoprovocadas entre adolescentes.....	15
Violências sexuais.....	16
Negligências e abandonos.....	16
Questões de guarda.....	17
3. Atuação da rede de proteção e os desafios da pandemia.....	18
Conselhos Tutelares.....	18
Escolas e equipamentos de educação.....	19
Saúde.....	20
Assistência social.....	21
Defensoria Pública.....	22
Sociedade civil.....	22
Perspectivas para a prevenção das violências contra crianças, adolescentes e jovens no contexto da pandemia.....	24

Introdução

Em meio ao contexto da pandemia, o Observatório de Favelas, em parceria com as organizações Luta pela Paz, Redes da Maré e UNICEF se uniram para desenvolver o projeto “CRIAndo Rede: proteção à vida de crianças e adolescentes na Maré”. O objetivo do projeto é o de fortalecer a rede de proteção social e políticas públicas com foco em crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade no território, bem como suas famílias.

Apresentamos nesta publicação os primeiros resultados da pesquisa de breve diagnóstico realizada pelo Observatório de Favelas no âmbito do projeto “CRIAndo Rede”. O objetivo geral da pesquisa foi realizar um diagnóstico breve das violências que atingem crianças, adolescentes e jovens no conjunto de favelas da Maré, bem como sobre o modo pelo qual a rede de proteção e garantia de direitos pode colaborar para a prevenção desses casos. O estudo procurou produzir subsídios para ações de prevenção da violência e para o fortalecimento da rede de garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens.

Este documento se divide em duas partes:

Na primeira, fazemos uma análise qualitativa das percepções coletadas em entrevistas semiestruturadas com jovens, atores de equipamentos públicos da rede proteção e pessoas que atuam em organizações da sociedade civil na Maré. Nesses três perfis, os atores são ou moradores da Maré ou pessoas que atuam em equipamentos que atendem a este território.

Na segunda, trazemos breves considerações sobre a atuação e os desafios da rede de proteção e garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens no contexto da pandemia.

1

Sobre a Pesquisa

Os resultados que apresentamos aqui decorrem, principalmente, de dados qualitativos sobre as percepções das violências contra crianças, adolescentes e jovens da Maré obtidos através de entrevistas semiestruturadas realizadas de modo virtual, através de aplicativo de videochamada, com atores articulados com o tema das violências contra crianças adolescentes e jovens da Maré no período de julho a setembro de 2020. Foram realizadas 25 entrevistas: 6 com jovens, 8 com pessoas que atuam em organizações da sociedade civil, 3 com conselheiros tutelares, 1 com uma defensora pública, 3 com diretores de equipamentos de educação, 3 com agentes da área de saúde e 1 com uma pessoa que atua no Programa Territórios Sociais da Prefeitura. Todas os perfis são de pessoas que atuam ou moram na Maré. Dentre os atores do poder público, destacamos que os três conselheiros tutelares entrevistados são ou foram moradores da Maré e uma pessoa da área da educação também já foi moradora.

Além das entrevistas semiestruturadas, aplicamos um questionário estruturado às equipes do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS que atendem à Maré, elaborado na plataforma

Google Forms. Para a realização de entrevistas em profundidade, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro exige a submissão da pesquisa a um comitê de ética, o que não seria viável no cronograma do projeto. As análises que foram possíveis fazer a partir desse questionário, entretanto, são limitadas em comparação ao restante das entrevistas. A seção que trata especificamente do tema da assistência social possui, portanto, certa assimetria com o restante do capítulo dada a natureza dos dados que obtivemos.

Para alguns tipos de violência, apresentaremos também, dados quantitativos que sistematizamos das bases do Instituto de Segurança Pública – ISP e da plataforma Fogo Cruzado.

O roteiro de entrevistas buscou apurar as percepções dos interlocutores em relação às dinâmicas de violência contra crianças, adolescentes e jovens na Maré. Tínhamos perguntas sobre as incidências dessas violências, tanto antes quanto durante o contexto pandêmico. O quadro que apresentamos aqui enfoca, portanto, as principais violências contra esses públicos, procurando mostrar como elas ocorriam antes da pandemia e se sofreram algum impacto decorrente dessa circunstância.

2

Violências contra crianças, adolescentes e jovens da Maré e o contexto pandêmico

Nossos entrevistados apresentaram um amplo repertório de violências que atingem crianças, adolescentes e jovens na Maré. Encontramos, em seus discursos, referências a:

“violência do Estado”, “violência armada”, “violência policial”, “violência física”, “violência psicológica”, “violência sexual”, “violências autoprovocadas”, “automutilação”, “suicídio”, “tentativa de suicídio”, “negligências”, “maus-tratos”, “questões de guarda”, “abrigamento”, “abandono”, “ameaça”, “trabalho ilegal de adolescentes” e “trabalho infantil”.

Procuramos organizar estes tipos de violência conforme as próprias definições dos entrevistados. A tipologia das violências que é apresentada aqui não é, portanto, fruto de uma teorização prévia sobre as violências e suas formas, mas do próprio discurso dos interlocutores. Durante as entrevistas, todas as perguntas falaram de violência em termos genéricos. Perguntávamos, portanto, sobre quais tipos de violência os entrevistados vivenciam, atendem, lidam no seu cotidiano ou já sofreram, cabendo a nossos interlocutores repertoriarem tanto o que compreendem por

violência como descrevê-las. Havia, é importante sublinhar, um bloco de perguntas sobre o trabalho policial, mas nesse bloco perguntávamos genericamente aos entrevistados como eles descreveriam a atuação policial. Os entrevistadores não faziam, dessa forma, perguntas sobre violência policial.

Buscamos, assim, agrupar as percepções sobre essas formas de violências em três blocos: um que trata do que chamamos de uma dimensão estrutural, que trata de dimensões sociológicas mais profundas que se articulam com as manifestações das violências na Maré; um segundo que trata das violências que atingem todas as faixas etárias, mas que se concentram nos adolescentes e jovens; no terceiro, falamos de violências que afetam, prioritariamente, crianças e adolescentes.

I. Dimensões estruturais: “o território não é violento, o território é violentado”

Há uma dimensão de entrada fundamental para a reflexão sobre as violências que desenvolvemos aqui que foi informada por nossos próprios entrevistados: a recusa de uma descrição da Maré como um território violento. Essa perspectiva emana, principalmente, dos interlocutores da pesquisa que são crias da Maré, ou seja, nascidos e/ou criados ali.

No caso da abordagem que adotamos aqui, é um de nossos interlocutores, um conselheiro tutelar, cria da Maré, que nos oferece a chave analítica central: “o território não é violento, o território é violentado”.

Esse vetor que descreve a violência como vinda *de fora para dentro* é a base para uma reflexão que permite pensar as soluções *de dentro pra fora*. É outro conselheiro tutelar, também “cria”, que descreve o mesmo vetor de uma violência que ocorre de fora para dentro:

“[...] porque eu entendo que a violência que eu sofro dentro do meu território ela vem de fora, não é, a impressão é que a galera recebe de fora e acaba descontando na gente.” (conselho tutelar A¹)

Vejamos o trecho da entrevista com um desses conselheiros em que ele descreve esses vetores de produção da violência:

*“E aí eu trago novamente a questão de que **o território não é violento, o território é violentado** e sofre vários impactos e atravessamentos de violência”.*

¹ Quando os entrevistados tiverem o mesmo perfil, utilizaremos, como forma de manter o anonimato, as letras “A”, “B”, “C”, e, assim, sucessivamente, para distingui-los.

Das dimensões estruturais que atravessam as violências das quais falaremos a seguir, o racismo estrutural, o machismo, a LGBTfobia e as desigualdades são operadores fundamentais. Eles são moduladores importantes das manifestações das violências que ocorrem na Maré. Essas linhas estruturais, que vêm de fora para dentro, possuem profundas raízes na cultura brasileira e, portanto, quaisquer horizontes de superação das violências precisam levá-las em consideração.

Estas dimensões são fundamentais para que pensemos as violências que ocorrem na Maré por uma perspectiva que não recaia no discurso de que o conjunto de favelas é composto por espaços de violência. As violências ocorrem, algumas mais intensamente que em outras partes da cidade, mas elas não definem a Maré. Pensar em prevenção da violência consiste, por este prisma, justamente, em procurar reverter esta imagem equivocada. Isto é importante sobretudo em um contexto como o que estamos atravessando, em que há pressões para que as polícias ultrapassem os limites que foram definidos pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635².

II. Das violências que atravessam todas as faixas etárias, mas atingem especialmente adolescentes e jovens

II.1 Violência do Estado, violência policial e violência armada

A forma de violência que possui o conjunto de relatos mais abrangente e detalhado nas entrevistas que realizamos é a violência policial. Principalmente entre os jovens que entrevistamos, houve muitas narrativas que qualificam o trabalho policial realizado na Maré como fundamentalmente violento. As dinâmicas da violência armada atingem a população da Maré como um todo, mas seus efeitos são narrados como afetando mais diretamente os adolescentes e jovens negros do sexo masculino.

Um dos jovens entrevistados descreve com as seguintes palavras a atuação policial na Maré:

“E quando a polícia entra, é morte. Se você estiver, você tem que manter aquelas regrinhas que você lá no ensino fundamental, quando estuda no colégio da Divisa, deu tiro, se abaixa no chão, entendeu? Deu tiro, não corre, fica parado. ‘Ah, mas se você correr, você vai morrer’. Se você ficar parado, também. Então fique parado.”

² Ver, por exemplo, a entrevista, do dia 27 de setembro, do atual secretário de Polícia Civil na qual ele procura estabelecer uma retórica de relativização do termo “exceção” para justificar ações em favelas a despeito do que prescreve a ADPF 635 e defende uso de tanques de guerra em operações (<https://oglobo.globo.com/rio/novo-secretario-de-policia-civil-quer-tanques-em-favelas-promete-avancar-no-caso-marielle-24663177>).

É assim. É o que aconteceu com o Jeremias, que leva o nome da nossa Clínica da Família. Jeremias estava jogando bola (...) Então ele frequenta uma igreja próxima à minha casa. Ele estava lá. Eu não sei se você viu essa reportagem. A Clínica da Família é do lado. Tem as escolas, do outro lado, à esquerda, é a Clínica da Família. Ele estava jogando bola nessa quadra e ele correu. Assim que ele correu, ele foi atingido. A mesma coisa que aconteceu com o Marcus Vinícius.” **(jovem C)**

Não foram somente os jovens que descreveram negativamente a atuação policial na Maré. Um dos entrevistados do conselho tutelar descreve como “sempre impensada” e “truculenta” a ação policial na Maré:

“Assim, é sempre impensada, sempre de forma muito truculenta, sempre com essa falta de conhecimento, de não conhecer o seu território, sempre com juízos de valores de achar que todo mundo que mora nas periferias, nas comunidades, de alguma forma, tem algum envolvimento com o tráfico. E fazer esse juízo de valores de modo geral.” **(conselho tutelar C)**

Uma das diretoras de escola entrevistadas também relata uma situação de operação com disparos efetuados com uso de helicóptero como plataforma de tiro:

“Nós passamos por essa situação bem delicada que houve, numa dessas operações, um helicóptero atirando na quadra do CIEP que fica ao lado, nossas crianças estavam no pátio. Então, uma coisa que não tem explicação. Essa violência é muito chocante. E vários profissionais adoecem, não retornam à Maré, e a gente acaba entendendo essa questão, que nem todos conseguem se manter nesse ambiente violento, com essa violência

produzida também pelo Estado.” **(diretora escolar B)**

Esta mesma diretora descreve, da seguinte forma, a maneira pela qual o Estado atua na Maré por meio das operações policiais:

“O Estado negligencia que aqui é um espaço que tem direitos, como se tivesse uma lei paralela, algo assim. O Estado não entra aqui com inteligência, com força policial inteligente, para combater a criminalidade. Eles entram, infelizmente, com o objetivo de matar - é o que a gente vê, o que a gente percebe. Não há nenhum tipo de inteligência nas operações. E mais uma vez reforçando: não estou defendendo a criminalidade, nada disso. Quem comete crime, tem que ser punido, ponto. **Mas o Estado não pode agir como um criminoso**, ele tem que agir com inteligência e com força de lei, força de Estado, e não se igualando aos criminosos. Então, eu acho que a atuação policial, aqui na Maré, é algo desrespeitoso com esse espaço e com essas pessoas.” **(diretora escolar B)**

Outra diretora de escola que entrevistamos diz o seguinte:

“É de suma importância que a segurança entenda que a favela, o que a gente vê dessa questão do tráfico, é a minoria. É o que a gente tem na favela realmente são pessoas que moram ali, que trabalham ali, e que estão vivendo suas vidas como qualquer outra pessoa que está no asfalto, que são cidadãos. Então, quando você recebe notícia de uma mãe que diz que a polícia entrou, invadiu a casa, revirou tudo, é complicado o tipo de olhar que a gente acaba tendo para a segurança no geral.” **(diretora escolar A)**

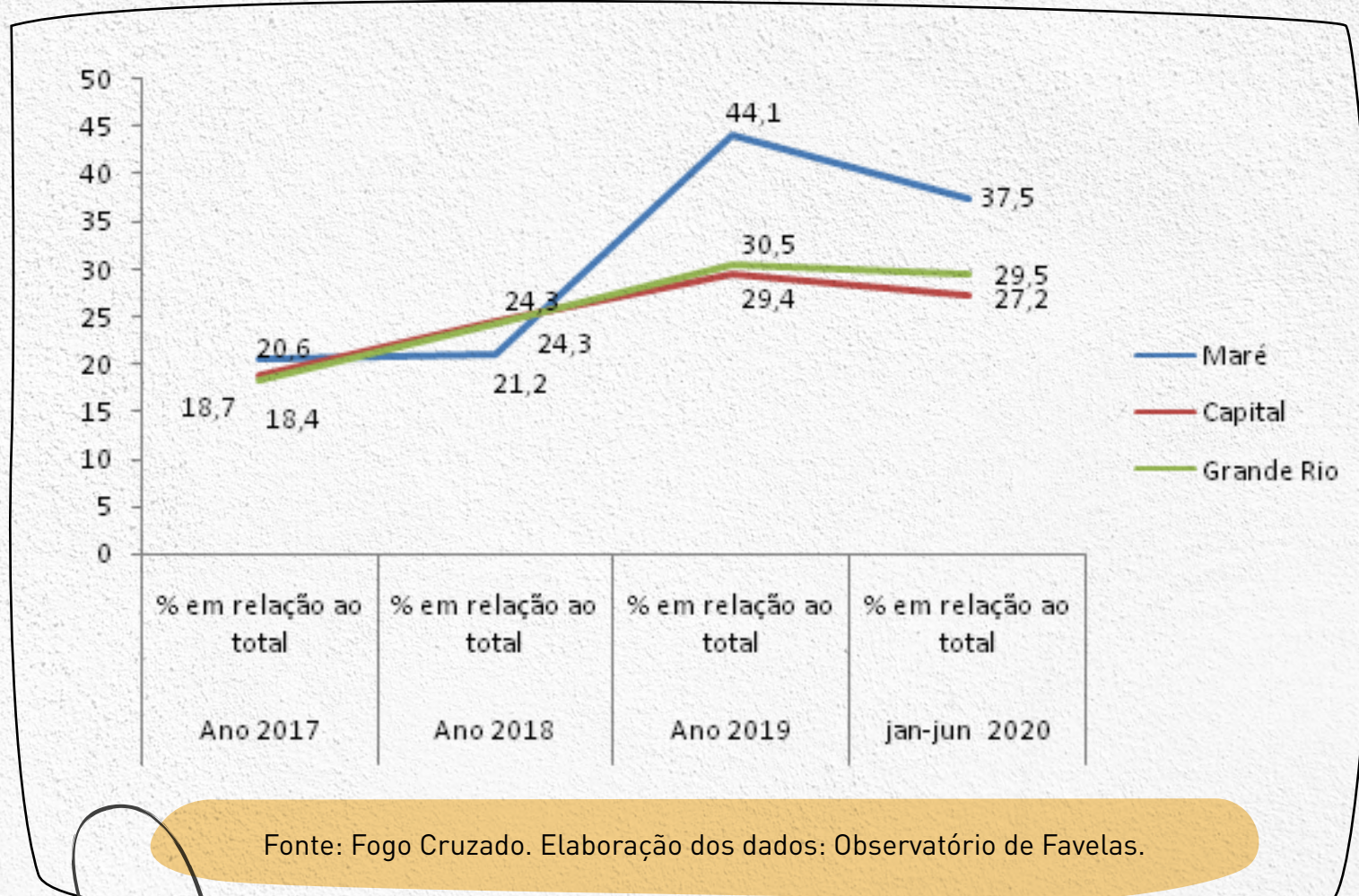
Já o diretor de outra unidade relata o seguinte:

“Quando a polícia entra - eu tento fazer com que eles falem - vem com muita violência, com muita violação de direitos. Aí um aluno levanta a mão: ‘Olha, tio...’ - eles me chamam de tio - ‘... eles entraram na minha casa e bagunçaram tudo. Eu não vim ontem porque estava ajudando a minha mãe a arrumar’. (...). A violência armada, a gente não teve casos de eles invadirem a escola, graças a Deus. A polícia já invadiu a escola - não com os alunos lá, sem os alunos - para acessar o telhado da escola. Arrombaram cadeado, enfim. E os alunos que moram perto - moram no alto - também comentam.”
(diretor de escola)

Nesses dois trechos, vemos repercussões das operações na comunidade escolar. Em um caso, a diretora fala do relato de uma mãe que teve sua casa invadida, e, no outro, o de um aluno. Na fala do diretor, além disso, há o registro de que sua escola foi invadida pela polícia em uma operação que ocorreu fora do horário escolar.

A intensa participação policial nos eventos de tiroteios na Maré pode ser verificada não apenas nesses relatos, mas também nos dados da plataforma Fogo Cruzado. O gráfico abaixo mostra que, em comparação com a capital e o Grande Rio, a proporção de tiroteios com envolvimento das polícias em relação ao total é muito maior na Maré.

Participação % da polícia em tiroteios na Maré (2017-Jun/2020)



As polícias, conforme os dados da plataforma Fogo Cruzado esteve envolvida, em 44% dos tiroteios em 2019. Já no primeiro semestre de 2020, mesmo com a pandemia, as polícias participaram de 37% dos tiroteios na Maré.

Houve também relatos nas entrevistas sobre a violência armada praticada pelos grupos armados, para além dos contextos de confrontos com as polícias. Um dos jovens que entrevistamos fala sobre como os conflitos armados interferem na circulação no território:

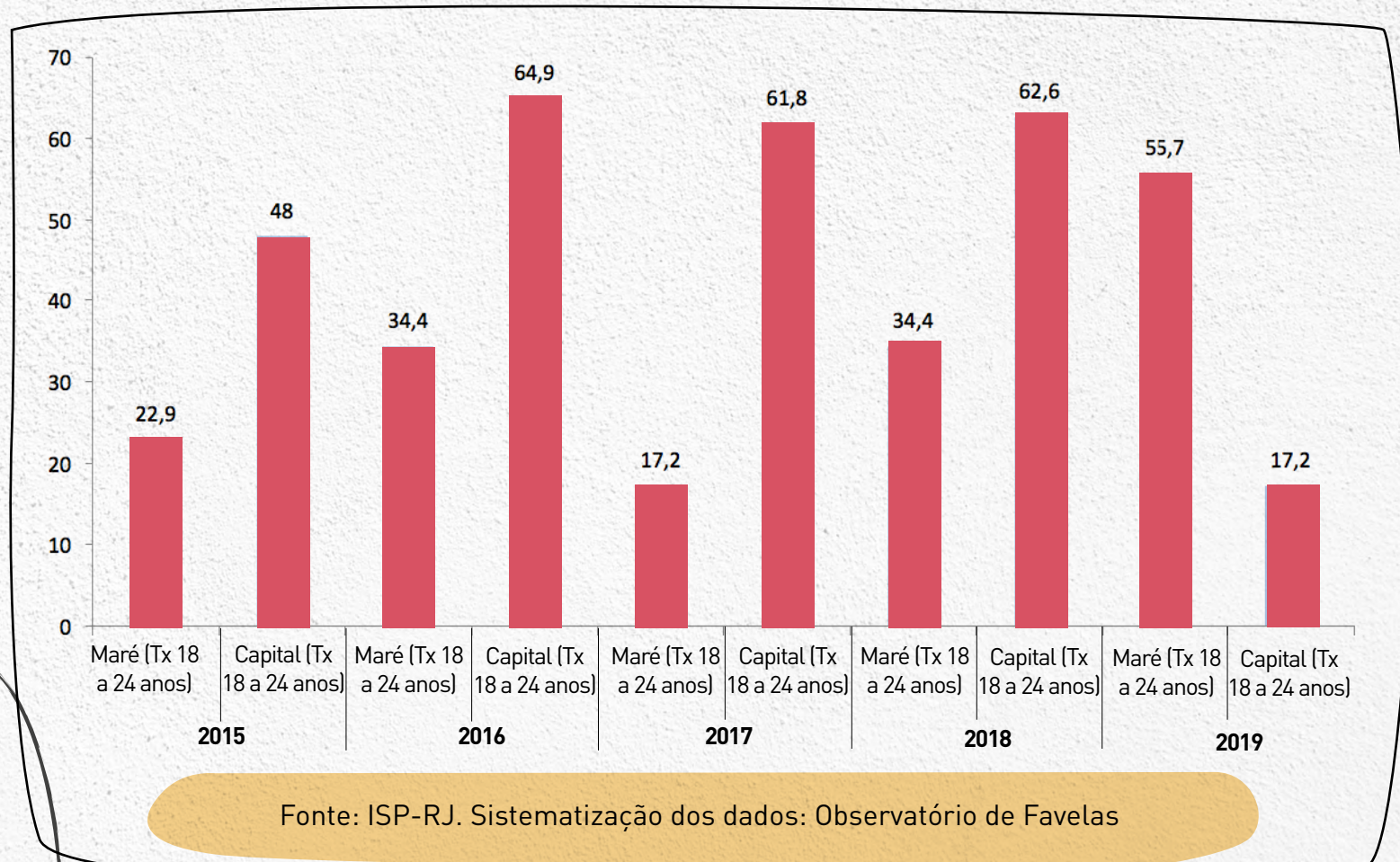
“Essa coisa de guerra. A guerra impede a gente de ter esse direito à comunidade. Eu cresci ouvindo que eu nunca poderia ir para a outra parte.” (jovem C)

A violência armada é o principal vetor da incidência da letalidade violenta intencional que atinge a Maré. O Boletim Direito à Segurança Pública na Maré publicado pela Redes da Maré mostra que, em 2019, 49 pessoas foram mortas por arma de fogo na Maré.

Nos dados do Instituto de Segurança Pública que sistematizamos, grande parte dos registros de violência letal intencional e de homicídios decorrentes de intervenção policial não possuíam preenchimento da idade das vítimas. Nos microdados que obtivemos, 43% dos casos de letalidade violenta intencional não possuíam as idades das vítimas. Já em relação aos casos de homicídios decorrentes de intervenção policial, a subnotificação é ainda maior: 68% dos casos não tinham a idade. Isso dificulta muito as possibilidades de avaliarmos a incidência da violência letal entre crianças, adolescentes e jovens da Maré através dos dados oficiais.

Mesmo com esse grande volume de casos sem o preenchimento das idades das vítimas, o gráfico abaixo mostra que a taxa de letalidade violenta intencional na Maré em 2019 foi muito superior à da Capital no que se refere aos jovens de 18 a 24 anos.

Comparação de taxas de letalidade violenta intencional – jovens, 18 a 24 anos - Capital e Maré, 2015 a 2019



Por fim, é importante destacar que tanto operadores públicos como moradores fizeram referência de modo recorrente, ao tratarem do tema das operações e da violência policial, tanto à Ação Civil Pública (ACP) da Maré³, quanto à Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635⁴. Estes são dois instrumentos importantes, frutos da mobilização popular, para o enquadramento do trabalho policial desempenhado em favelas e, especificamente, na Maré, sob parâmetros condizentes com aquilo que a Constituição prescreve sobre o direito à segurança pública.

Uma representante da sociedade civil entrevistada fala das mudanças provocadas pela ADPF 635 no contexto da violência armada durante a pandemia:

“Agora a gente está no meio de uma ADPF, onde não pode haver operação policial em território de favela durante a pandemia⁵. Então, a gente nota sim. A gente vive momentos. Eu não sei desde quando a gente vive tantos momentos, tantos dias sem operação policial. Eles [da Redes da Maré] produzem boletins de segurança pública, onde está lá sistematizado de quantos em quantos dias acontece uma operação policial na Maré. A gente tem vivido muitos dias sem operação policial, coisa que é muito boa, porque, toda vez que tem operação, corpos são tombados. Mães perdem seus filhos. Pais perdem seus filhos. Filhos perdem seus pais. A mudança mais palpável é isso, nesse momento de pandemia.” (representante da Redes da Maré)

Sobre o contexto da pandemia, principalmente, ao se referirem à ADPF 635, os entrevistados, moradores, representantes de organizações da sociedade civil e agentes públicos, relataram a redução considerável das operações. Este foi o único fator apontado nas entrevistas sobre variações sobre este tipo de violência durante a pandemia.

De acordo com dados do projeto “De Olho Na Maré”, que monitora os impactos dos confrontos armados no território, no primeiro semestre de 2020 ocorreram 11 operações policiais na Maré, que resultaram em 12 pessoas feridas e quatro pessoas mortas. Destas operações, 4 ocorreram após o início do isolamento social, com registro de uma morte. Quando comparado o período de 16 de março a 20 de junho de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior verificou-se uma redução significativa de pessoas mortas e feridas em operações policiais, o que reforça a importância da medida cautelar da ADPF 635 para a garantia do direito à vida nas favelas⁶.

³ Ver <https://www.redesdamare.org.br/br/info/49/acao-civil-publica-da-mare>.

⁴ Ver <https://www.adpfdasfavelas.org/>;

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=444960>.

⁵ A ADPF 635 não impede a ocorrência de operações policiais em favelas durante a pandemia, ela exige parâmetros mais rigorosos para a realização de operações com a necessidade de que o poder público justifique a excepcionalidade e a necessidade de sua realização.

⁶ Ver <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/06E08-BoletimDeOlho.pdf>

III. Das violências que atingem preferencialmente crianças e adolescentes

III.1. Violências físicas

Foi comum entre os jovens que entrevistamos, que narrassem exposição a violências físicas que afetam principalmente adolescentes e crianças. Essas dinâmicas de violências físicas estão, nas narrativas de nossos entrevistados mais comumente associadas ao espaço doméstico e às relações intrafamiliares.

Um dos adolescentes que entrevistamos fala de uma agressão de seu padrasto contra sua mãe, na qual ele acabou sendo também agredido por tentar intervir. Quando o fato ocorreu, o jovem ainda não tinha completado 18 anos. Ele narra o seguinte:

"Recentemente foi com o namorado da minha mãe. Ele bateu nela. Depois que eu tentei intervir, ele ficou super agressivo comigo, mas ele sabia que se acontecesse alguma coisa iríamos levar para um outro lado. Ele [trecho ininteligível] da minha mãe e a minha mãe me bateu. Até hoje eu tenho um ódio muito forte por ela ter feito isso comigo. Foi horrível." (jovem C).

Outro jovem também relata uma situação na qual sofreu agressões do padrasto na adolescência:

"Brigas, sabe? Meu irmão discute com o meu padrasto. Eu próprio moro com a minha mãe, por exemplo, em 2015, eu sempre morei com a minha mãe a vida toda. Aí, em 2015, vim morar com a minha tia que é aonde eu estou agora, porque en-

fim, eu discuti com o meu padrasto, discutimos, a gente quase chegou às vias de fato e foi aquela discussão. Briga, empurra." (jovem D)

De modo geral, os relatos de violência física estão associados à dinâmica doméstica, com diversas referências à figura do padrasto. Nestes casos, a exposição de crianças e adolescentes a este tipo de violência está associada às agressões sofridas por suas mães e outras mulheres do convívio familiar.

Este tipo de violência é relatado como tendo aumentado por conta da pandemia, pelo fato das pessoas estarem mais em casa.

III. 2. Violência psicológica

As dinâmicas da violência psicológica são próximas daquelas da violência física, estando associadas, principalmente, aos contextos domésticos. A distinção está no fato de que foram mais abundantes nas entrevistas relatos de aumento da violência psicológica no contexto da pandemia. Houve, além disso, relatos de violência psicológica associados aos efeitos das operações policiais. Esta violência também foi narrada como associada a contextos relacionados ao racismo e à LGB-Tfobia.

Uma jovem que entrevistamos, além dos relatos de exposição à violência física na seção anterior, nos falou também de situações

em que foi exposta à violência psicológica, ou “violência verbal” ou “moral”, como ela classifica. O trecho da entrevista em que narra essa situação é o seguinte:

“A minha mãe foi vítima de violência física por parte de relacionamentos amorosos abusivos. Violência física, não; violência moral e verbal. E por parte familiar também, nos casos de brigas e conflitos familiares. Violência psicológica, violência moral e verbal por parte de relacionamentos amorosos; e violência física, moral, verbal e psicológica por parte familiar.”
(jovem A)

Sobre esse processo de introjeção das agressões sofridas, esta mesma jovem estabelece um argumento interessante sobre os efeitos psicológicos da violência armada, com destaque para a violência policial:

“E era como uma bola de neve que essa violência causava. Os impactos que ela levava em relação à educação, à diversão, ao lazer. E a própria violência psicológica, porque você vê... quando tem as operações policiais e aí ouve o barulho do helicóptero, o que aquele barulho causa que só a gente que mora na Maré entende, eu também já ouvi muitos relatos de jovens, (...) porque jovens também falavam que ouviam, que era a mesma coisa que eu sentia. A violência psicológica que causava na gente, (...) carregava por conta disso.”
(jovem A)

Além das relações intrafamiliares e dos efeitos psicológicos da violência armada, uma profissional de saúde fala que atende situações de sofrimento psíquico decorrentes de racismo. Ela narra o seguinte:

“Existe uma menina que está no ballet, ela é uma dançarina maravilhosa, mas ela é negra. O quanto que é difícil para ela estar no ballet, cheio de meninas brancas, do cabelo liso, e ela com o cabelo crespo, de se identificar, de ver ali uma pessoa que é possível trilhar um caminho de sucesso. Ela não se identifica com aquilo, apesar de gostar. Aí a gente fez todo um trabalho de primeiro dar nome. É racismo. A partir daí a gente começou a colocar essa palavra. Você não precisa ter medo de dizer, porque acho que quando a gente vocaliza a gente consegue tratar dessas questões, lidar com essas questões da melhor maneira possível. Senão facilmente a gente diria que é bullying. Não, é racismo que ela sofre. Precisa dar nome um pouco aos bois, sabe?”
(profissional de saúde)

O conselho tutelar também narra ter percebido aumento desse tipo de violência durante a pandemia:

“Tiveram[,no contexto da pandemia], muitas denúncias, falando por mim, denúncias de violência psicológica. Ficar gritando, xingando, nesse período da pandemia tem. (...) Normalmente os [casos] emblemáticos são com famílias grandes, com núcleo familiar grande e com histórico de violações passadas. Não foi algo que se iniciou e (...) e continua e vai se agravando no período da pandemia. Então, bate mais, grita mais, xinga mais.”
(conselho tutelar C)

As dinâmicas da violência psicológica são importantes de serem observadas porque elas acabam desembocando em questões relacionadas ao contexto doméstico e intrafamiliar, mas possuem relação com contextos mais amplos, como o racismo, o machismo, a violência de Estado e a própria pandemia. Houve relatos do aumento desse tipo de violência no contexto pandêmico, principalmente, quando decorre de dinâmicas associadas ao contexto doméstico e intrafamiliar. Para a reflexão sobre prevenção à violência, elas são estratégicas, tendo em vista que antecipam vetores que podem se agravar em formas mais graves de violência, além de se articularem com dimensões estruturais.

III.3. Violências autoprovocadas entre adolescentes

A questão das violências autoprovocadas foi relatada por entrevistados da saúde, do Conselho Tutelar e da educação, com destaque para casos de automutilação. Estas violências foram narradas como ocorridas especificamente entre adolescentes, principalmente, meninas.

Uma profissional de saúde que entrevistamos relata, entretanto, que houve aumento dos casos recentemente, com ainda mais incidência no contexto da pandemia. Ela relata o seguinte:

“Antes, na Maré, a gente não recebia tantos casos de automutilação e tentativa de suicídio. Tinha um número significativo, só que, relacionando com outros eixos, era um número pequeno. Eram mais casos de vulnerabilidade, de risco social, e aí a gente foi percebendo o agravamento, o número aumentando desses casos de tentativa de suicídio e automutilação. Em um primeiro momento, a gente acabou fazendo atendimentos mais individuais e a gente repensou no trabalho: pera aí, esses casos não são isolados, acho que não dá para a gente particularizar essa situação que a gente está vivendo. Algumas pessoas agudizaram por conta da pandemia, mas a questão é para além, é todo o contexto que essas pessoas estão vivendo. E acho que tem uma coisa ali que é da juventude, que é de se lançar para fora, que é de estar... Os laços sociais são muito fortes. Teve a saída da escola e aí teve uma intensificação das relações intra familiares. Aí a gente pôde perceber que esses casos de tentativa de suicídio, de auto mutilação, da violência auto provocada mesmo, era porque os laços familiares estavam completamente [trecho ininteligível] e aí com a intensificação das relações ali na casa, casas por vezes pequenas, com poucos cômodos, que você não se dividia muito ali, aí apareciam muitas questões relacionadas à sexualidade, a racismo, à questão de gênero. Esses adoles-

centes, essas crianças, não tinham como, não estavam conseguindo outros recursos para lidar com isso e aí começaram a usar da violência auto provocada para lidar com essa dor. Eles dizem muito: 'a gente não sabia como fazer isso, como lidar, não entendo nem que dor é essa que eu estou sentindo'. Eles às vezes não conseguem mensurar, dizer de onde que vem. Aí nosso trabalho é esse, poder construir com eles ferramentas e estratégias para lidar com isso que não seja se violentando. A gente começou a construir grupos, uma coisa mais coletiva para lidar com essas situações, para poder falar de racismo, para a gente poder falar de questão de gênero, de sexualidade, e não só de uma forma individual." **(profissional de saúde)**

III.4. Violências sexuais

Segundo os entrevistados, estes casos atingem tanto adolescentes quanto crianças, com mais ênfase nessa última faixa etária.

Um dos integrantes do conselho tutelar relata o seguinte na entrevista:

"É o que eu estou te falando: às vezes o que um vizinho ou a sociedade não denuncia. Está visualizando e não denuncia, chega no hospital. E aí chega de uma forma muito ruim, muito perversa mesmo, que é quando a criança, de repente, pegou uma doença sexualmente transmissível ou está sentindo muita dor, fala e a mãe não acredita. (...) Uma notificação de uma violência sexual. É o que está acontecendo há anos. É muito comum."

(conselho tutelar C)

Outro conselheiro tutelar também identifica estes casos como recorrentes e percebe certo agravamento no contexto da pandemia:

"A gente tem muita coisa também de abuso sexual. Tem muito de abuso, tanto de menino quanto de menina. E depois da pandemia aumentou o abuso. (...) E aí pensando as moradias, são moradias muito pequenas com famílias muito grandes. Isso fica muito gigante. Então, uma coisa que, às vezes, a gente conseguia contornar, porque existiam também outras escapadas, que era a escola, que era o trabalho, que era a possibilidade de brincar na rua, que era o projeto de que estava participando, o esporte, que não tem mais, e aquilo vai ficando muito grande e acaba que não consegue ter esse controle."

(conselho tutelar B)

É importante notar que, nessa narrativa, há uma associação entre o aumento durante a pandemia e o fato das crianças e adolescentes estarem privados de outros espaços de proteção, como as escolas.

III.5. Negligências e abandonos

Os conselheiros tutelares e uma diretora de escola também falam de situações que lidam cotidianamente que definem negligências e abandono de crianças.

Um dos membros do conselho tutelar que entrevistamos, conta como lida com algumas situações de negligência e abandono de crianças. Neste relato, é importante notar como a possibilidade de o conselho ser integrado por "crias" do território define horizontes de ação que evitam, muitas vezes, medi-

das mais prejudiciais para as crianças como o abrigo. Vejamos como narra a situação:

“Por exemplo, eu identifiquei que era uma criança da Nova Holanda e aquela criança estava perdida. Foi parar na delegacia. Eu tenho opção de levar para o abrigo. A família vai ter toda a dor de cabeça depois para tirar essa criança do abrigo. Mas essa criança consegue me dizer onde ela mora na Nova Holanda. Então, eu pego aquela criança à noite e vou levar ela na casa dela na Nova Holanda. E, aí, o que eu aplicar de medida depois, posteriormente, para os pais, se eu vou dar a notícia do fato para o Ministério Público, se eu vou entender o contexto familiar daquela criança é outro problema, são outras questões. Mas se eu posso levar para casa, por que eu vou levar para o abrigo? E que trauma aquilo vai trazer para aquela criança? Passar, nem que seja uma noite. Ainda que no outro dia a mãe ou o pai tenham condição de tirar, que muitas das vezes não têm. Uma vez que você amarre isso judicialmente, bota aí pelo menos um mês e aquela criança vai estar dentro daquele espaço, às vezes perdendo aula. Isso acontecia demais.” **(conselho tutelar C)**

Segundo esta entrevista do conselho tutelar, houve, ainda, aumento de casos de acidentes com álcool em gel e afogamentos, os dois tipos de ocorrência relacionados com o

fato de as pessoas estarem mais em casa por conta da pandemia. Não houve relatos sobre as diferenças de gênero nas dinâmicas de incidência desse tipo de violência.

III.6. Questões de guarda

Os conselheiros tutelares também relataram aumento das questões relacionadas à guarda durante a pandemia.

Um deles nos relata o seguinte:

“A gente pega muita coisa de guarda. Tem muita coisa de guarda (...) Eu trago sempre entre os responsáveis, porque eu nunca considero a família pai e mãe, então eu sempre vou falar com vocês nesse sentido. Não considero somente pai e mãe.”

(conselho tutelar B)

Como hipótese, podemos considerar a relação entre as necessidades de rearranjos de guarda das crianças por conta das escolas e creches estarem fechadas e os pais, que não podem trabalhar de casa, não terem com quem deixar os filhos. E, possivelmente, desafios relacionados à renda e segurança alimentar.



3

Atuação da rede de proteção e os desafios da pandemia

O contexto da pandemia apontou uma série de desafios para a atuação da rede de proteção no sentido de atuar na prevenção de violências contra crianças, adolescentes e jovens. Apresentamos a seguir, de modo sintético, os desafios e potencialidades que conseguimos apurar nas entrevistas para cada ponto dessa rede de proteção.

I. Conselhos Tutelares

O Conselho Tutelar que atende à Maré possui atualmente uma composição de cinco conselheiros crias da Maré. Essa é uma grande potencialidade para a atuação desse equipamento importante da rede de proteção no sentido de produzir ações mais efetivas para a prevenção no território.

Mas eles narram essa mudança acompanhada de um desafio: a necessidade de mudar a imagem do Conselho Tutelar junto à população da Maré. Uma característica fundamental sobre o modo pelo qual os conselheiros tutelares descrevem o trabalho que desenvolvem atualmente na Maré diz respeito à necessidade de reverter uma imagem do Conselho Tutelar como um agente punitivo ou de repressor. Eles utilizam

muito a metáfora do “bicho papão” para descrever como era o modo tradicional da população e dos outros atores públicos se relacionarem com o Conselho.

Um dos conselheiros tutelares que entrevistamos relata o seguinte a este respeito:

“E, aí, voltando à questão da história: não existia um interesse, eu, parando para pensar, estou dando uma opinião, da Maré estar dentro desse órgão, primeiro por associar o trabalho do Conselho à um órgão de opressão, de repressão, como se fosse uma extensão da polícia, do judiciário, e aí era o verdadeiro bicho papão.” **(conselho tutelar C)**

Um entrave importante para a atuação do Conselho Tutelar, segundo os relatos nas entrevistas, diz respeito à grande precarização da infraestrutura do equipamento. Outro conselheiro também relata problemas de estrutura. Ele descreve o Conselho Tutelar como “sucateado”:

“Mas eu vou te falar, é muito sucateado, é muito sucateado, a minha sala tem um buraco desse tamanho no chão onde entra rato, está ligado? É muito sucateado, é muito sucateado, é muito sucateado. Eu passei algumas semanas sem computador, de fazer tudo a mão, sabe, não tinha... O meu computador não funcionava para imprimir documento. Tinha que preen-

cher tudo à mão, demorava horas para fazer um documento à mão para poder fazer, ou quando não trazia para a casa, fazia tudo em casa, e aí depois imprimia para poder falar para a pessoa assim: 'Passa aqui amanhã que eu te dou esse documento', então são situações bens ruins." (conselho tutelar A)

Essas dificuldades de estrutura acabam prejudicando o papel de articulador da rede de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Durante a pandemia, atuaram só remotamente por um período, depois passaram a fazer atendimento presencial em horário reduzido. Os conselheiros relataram, ainda, que a Vara da Infância está realizando audiências virtuais, mas o acesso precário, tanto da população quanto dos próprios conselheiros, prejudica o desenvolvimento dessas atividades.

II. Escolas e equipamentos de educação

No campo da educação, o principal desafio da pandemia foi a perda de vínculo com a comunidade escolar. Os desafios enfrentados pelas escolas no contexto da pandemia têm sido enormes, conforme foi possível apurar nas entrevistas com os profissionais de educação. Uma diretora de escola com quem conversamos, relata o processo do contexto da pandemia:

"Bom, a primeira foi que ninguém estava preparado para um momento desse. Nós, na rede [municipal de educação], há alguns anos atrás, tivemos escolas fechadas na época da H1N1, se não me engano - ficamos um mês com as escolas da rede fechadas. Quando a gente sai, a gente vai achando que ficaria mais ou menos esse período - um mês, dois meses com a escola fechada

- e a gente já está indo aí para quase todo o primeiro semestre e o início do segundo semestre sem ter uma estrutura incluída. Sem pensar como seria. Então, algumas questões... por conta de ninguém ter pensado nisso, todo o trabalho teve uma modificação total. Então, tanto as questões pedagógicas, quanto administrativas. Na questão administrativa, a principal dificuldade é de estar indo ao local para fazer a parte de documento. Mas na questão pedagógica, é o que mais sofreu, principalmente no [nome da escola suprimido], porque a nossa clientela é uma clientela que, infelizmente, não dispõe de celular, computador. Muitas famílias, a gente não consegue contato nem mesmo para entregar as cestas básicas que a prefeitura vem entregando para a comunidade. Então, a parte pedagógica está realmente muito complicada. As estratégias que a gente pensou para organizar o trabalho, a gente teve uma resposta muito ínfima dos alunos. Então, a partir do que a gente percebeu de demanda e de cota da nossa clientela, algumas atividades, programações, a gente teve que compactar para não ter cobrança. Tanto é que, na escola, a gente utilizou o Facebook e o WhatsApp para meio de comunicação com esses alunos, para passarmos informações da rede, o material pedagógico que a rede fornece. E também tentando dar um suporte para o cumprimento das atividades para as crianças (...). Por exemplo, estou com o caso de uma aluna nossa que disse para o professor que só tem um celular, que é o celular da mãe, e que a mãe trabalha - a mãe não foi afastada das atividades - a aluna chega em casa, e é só ela, e ela tinha que pegar o celular da mãe e dividir com os irmãos para poder olhar as

atividades. Então, pensando nessa característica, que é a característica da maioria dos nossos alunos, a gente tentou adaptar para essa realidade das atividades. Então, a nossa escola, a gente realmente não faz atividade de aula remota. Os horários dos atendimentos, os responsáveis, a gente não se limita somente àquele horário comercial, a gente está atendendo os responsáveis fora do horário, quando eles entram em contato com a gente pela página da escola. Algumas coisas a gente até evita, porque a gente sabe que vai acabar criando frustração, da criança não poder acompanhar, não poder fazer - os pais não estão preparados para estar dando esse acompanhamento, explicando atividades. Então, os conteúdos, nada foi lançado - a gente não passou nenhum conteúdo novo para as crianças - são sempre atividades de acordo com o que a rede vem postando. Bem complicado. Até a gente se acertar e fazer esse apanhado de como estavam os nossos alunos, qual era a característica, qual era a resposta que a gente tinha e que a gente poderia estar oferecendo nesse momento, a escola optou mais pela presença, pela questão do cuidado, de estar, mostrar que a escola está presente na vida do aluno, do que essa questão do conteúdo em si."

(diretora escolar A)

Coletamos, ainda, diversos relatos de precarização em termos de infraestrutura que se agravaram durante a pandemia. Um diretor conta que a escola está sem luz, sem internet, sem equipe de cozinha e com equipe de limpeza reduzida.

Dentre as entrevistas que realizamos com agentes da rede de proteção, os diretores de escola foram os que apresentaram relatos mais abrangentes sobre impacto da violência arma-

da no cotidiano de suas atividades. Um diretor que entrevistamos contou, inclusive, que teve que alterar o horário de início das aulas por conta das operações policiais.

Houve, ainda, relatos de dificuldades das escolas em realizar as atividades assistenciais: distribuição de cestas básicas e cartão alimentação.

III. Saúde

Os equipamentos de saúde não tiveram entraves menores do que os da educação. Um dos entrevistados que atua em uma Clínica da Família nos relata o seguinte processo decorrente da pandemia no equipamento em que trabalha:

"Inicialmente, houve a questão da contaminação. Então, foi restrito o atendimento, até por conta que não se sabia muito bem como ia se fazer. Algumas pessoas ficaram afastadas, eu peguei [covid-19] aí tive que cumprir aquela quarentena. Mas o meu trabalho, do remoto, continuei em casa, continuei fazendo com os usuários. E aí era tanto em grupo quanto individualmente, alguma demanda, aí tinha eu como ponto, e aí eu fazia o contato com a clínica, com a gestão, com a gerente: 'Está acontecendo, tem um idoso, tem uma idosa, tem um professor que está precisando da demanda, está acontecendo isso'. Eu tive com pessoas que tiveram todos os sintomas da covid, e a orientação é remota: 'Como é que está? Fala com fulano, o agente de saúde vai aí'. Depois, quando eu voltei, continuou o atendimento restrito àquela coisa da máscara, os funcionários todos botam as cadeiras do lado de fora e as pessoas sentam na área aberta, para

aguardar, e aí só entra de acordo como está organizado. Lógico que tem a demanda espontânea, e agora voltou - de um mês para cá, eu acho, ou um pouquinho mais - o cuidado de programar o cuidado fora da covid, porque ficou um período fechado só para atendimento da covid, a ideia, é lá o espaço onde eu trabalho também, (...) ficou fechado só para pegar os casos específicos de covid. Então, todo mundo com EPI, fechado para atender as outras pessoas, as gestantes, para poder separar as equipes. Então, aquele boom foi atendido dessa forma, separadamente, e uma preocupação também com os profissionais, porque é aquele profissional que atender as pessoas de covid foi uma demanda muito grande. Hoje, não; hoje, já dá para todo mundo pela mesma porta, separadamente, com atendimento na farmácia e tudo. Voltou, dentro de um novo normal, com os cuidados, e a gente vê que começa a voltar, de forma regular, a coleta do sangue. Está todo mundo já numa sequência mais próxima de uma normalidade.” **(profissional da Clínica da Família)**

Houve impactos imediatos no processo de atendimento da população. Segundo ele:

“Acho que, no início, o atendimento como um todo foi amplamente afetado. As pessoas que tinham as consultas programadas, diabéticas, pessoas que tinham algum tipo de atendimento aguardando um SIS-REG (Sistema Nacional de Regulação), canceladas algumas cirurgias, ou algum atendimento mesmo, segundo nível de atenção foi cancelado, os acompanhamentos. Então, nos primeiros três meses, foi muito ruim - foi até mais de três meses. (...) Mas agora, não; agora, já começa a receber as pessoas,

mas ainda não está 100%, porque, inclusive, muitos médicos, principalmente - profissionais médicos - saíram nesse período com medo da Covid. Muita gente pediu demissão, e aí ficou com falta de médico mesmo. Não encontrava médico. Mesmo abrindo... abriram vários concursos que houve, de chamada, e não preencheu. Até hoje, a [clínica] não está com a equipe completa de médicos por conta disso - a própria Covid mesmo afastou esse pessoal.” **(profissional da Clínica da Família)**

Um ponto fundamental do impacto da pandemia para a atuação dos equipamentos de saúde foi a perda da capacidade de atuação para a prevenção com a necessidade de passarem a atuar mais no registro da emergência.

As precariedades narradas em termos de infraestrutura aparecem nos relatos que coletamos mais no campo da redução das equipes.

IV. Assistência social

Os equipamentos de assistência social que atendem à Maré estão atuando em modalidade semipresencial.

No campo dos impactos da pandemia, nos foi relatado como um entrave importante:

“Suspensão temporária dos atendimentos presenciais, priorizando, casos emergenciais e demandas espontâneas. Suspensão das atividades coletivas com os adolescentes e com as famílias.” **(profissional da assistência social)**

Ainda sobre os desafios acarretados pela pandemia, nos foi narrado o seguinte em

relação ao campo da assistência social:

“Sem dúvida, o principal desafio será o agravamento das condições socioeconômicas das famílias e, portanto, das questões sociais, o que termina contribuindo para cenários potencialmente propícios às situações de violação de direitos. Na contramão disso, a precarização cada vez maior das políticas públicas setoriais e de outros serviços da rede socioassistencial.” **(profissional da assistência social)**

V. Defensoria Pública

Da Defensoria Pública, entrevistamos uma pessoa que compõe a Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ela descreve da seguinte maneira a atuação da CDEDICA:

“É um órgão que é subdividido em duas áreas: a área cível, que é parte protetiva, que envolve crianças e adolescentes em situação de risco; e a área do socioeducativo, que é dos adolescentes que praticaram atos infracionais e que agora estão cumprindo medidas.” **(defensora pública)**

Ainda sobre a atuação do CDEDICA, ela explica que o órgão atua não só através do atendimento às famílias como também na defesa de direitos coletivos, como é o caso das Ações Civis Públicas (ACP).

Ela comenta as mudanças no atendimento que ocorreram durante a pandemia:

“Aí antes da pandemia os atendimentos eram realizados de forma presencial, os familiares iam até a defensoria pedir aten-

dimento e os defensores também iam até as unidades socioeducativas para fazer o atendimento dos adolescentes que estavam privados de liberdade. Com a pandemia, a defensoria, em um primeiro momento, suspendeu todo o presencial e a gente teve que migrar em um prazo muito curto para o atendimento integralmente remoto. Então o atendimento passou a ser feito por e-mail, telefone e aplicativo de mensagem. No meu órgão, especificamente, foi muito bom porque como os adolescentes cumprem medida na capital, quem os atende são os defensores da capital. Mas a grande verdade é que esses adolescentes que cumprem a medida na capital moram em lugares totalmente diferentes. Então tem desde adolescentes da região dos lagos até adolescentes do centro mesmo. E aí, com esse atendimento remoto foi muito positivo. Porque a gente conseguiu chegar em pessoas que antes não chegavam até a gente, que não tinham tempo e nem dinheiro para se deslocar até o centro da cidade. Então acho que basicamente foi isso.” **(defensora pública)**

VI. Sociedade civil

As organizações da sociedade civil desempenharam, no contexto da pandemia, uma série de ações relevantes para a proteção e garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens. Além das ações do CRIAndo Rede, nas quais se insere esta pesquisa, que articulou esforços do Observatório de Favelas, Redes da Maré, Luta Pela Paz e Unicef, houve diversas outras ações relevantes.

Entre as organizações que entrevistamos, por exemplo, o Centro de Referência de Mulheres da Maré, apesar de não estar fun-

cionando presencialmente, tem participado do processo de formação de uma rede de apoio a mulheres:

“A gente agora, acho que desde junho ou julho, faz parte da rede, que a gente batizou de Rede de Apoio à Mulher da Maré, que são reuniões que a gente está fazendo toda terça-feira para poder fazer um fluxo de atendimento à mulher em situação de violência lá da Maré, os serviços que fazem parte, quem encaminha para quem, para onde.” **(representante do CRMM)**

Outra entrevistada, representante do projeto Uerê, diz que a pandemia possibilitou um estreitamento de laços entre as organizações da sociedade civil da Maré:

“Olha, eu acho que nós estamos em um bom caminho, porque essa pandemia o que é que ela fez conosco, nós todos nos conhecíamos, todo mundo se falava num caso ou outro, mas o que aconteceu nessa pandemia foi que realmente nós nos unimos numa coisa só, reuniões que antes nós não tínhamos, temos toda semana, fazer, digamos, um projeto comum de atendimento, que não é A ou B, é um projeto comum para um coletivo, eu acho que a pandemia fez isso, isso estava faltando também, e eu acho que aconteceu.”

(representante do Uerê)

Alguns entrevistados relatam, entretanto, que as organizações que desempenham ações no campo educacional acabaram sofrendo um processo parecido com o das escolas. Ou seja, houve uma retração do espaço físico presencial como referência de espa-

ço seguro de acolhimento e circulação para crianças, adolescentes e jovens.

“Quando entrou a pandemia, o instituto fechou, a gente está reabrindo, mas a gente abre só para entrega de cesta básica, para pegar alguma coisa, dar algum tipo de apoio, mas a gente não está funcionando. Então, como eu estou fazendo? Eu entro em contato com aqueles alunos que estavam com grandes problemas antes da pandemia. Eu falo com eles por telefone, às vezes por vídeo chamada, eu tenho esse contato.... Então, quando eles têm alguma questão, eles passam para mim. A situação, com a pandemia, deu uma piorada boa, porque eles ficam muito trancados ,,,, Nas crises de ansiedade, o que está agravando muito é ficar trancado dentro de casa. Ficar dentro de casa num espaço pequeno, sem o contato social, isso agravou para os adolescentes, porque, entrando na questão da crise, da pandemia, eles pararam de ir para a escola, pararam de encontrar os amigos e passaram a ficar dentro de casa. Estando dentro de casa, eles não têm muitas atividades”

(técnica do Instituto Vida Real)

Por outro lado, destaca-se uma dimensão fundamental do associativismo praticado na Maré, que foi um aspecto ressaltado por uma assistente social entrevistada como definidor das mudanças acarretadas pelo contexto da pandemia: *“Muita coisa mudou, a gente virou, as pessoas são mais solidárias. Eu sempre achei que quem não mora não vê isso, mas sempre houve isso, então dessa vez acho que mostraram muito mais essa solidariedade um com o outro”.* **(assistente social do Luta Pela Paz)**

Perspectivas para a prevenção das violências contra crianças adolescentes e jovens no contexto da pandemia

No campo das violências contra crianças, adolescentes e jovens, identificamos que há grande preocupação entre os entrevistados sobre a violência armada, principalmente, a perpetrada pelo Estado no âmbito das operações policiais. Esta percepção é compartilhada tanto por jovens, atores da sociedade civil, quanto por atores de equipamento públicos que integram a rede de proteção. Nesse terreno, as organizações da sociedade civil da Maré possuem longa trajetória de monitoramento e incidência política para o controle das operações e da atuação policial. São exemplos dessas formas de atuação a Ação Civil Pública da Maré⁷, o Fórum Basta de Violência! Outra Maré é possível! e os Boletins sobre Direito à Segurança Pública produzidos pela Redes da Maré.

Pelo que sugerem as entrevistas, a ADPF 635 tem surtido efeitos positivos na contenção das operações na Maré, mas há pressões nas narrativas que começam a ganhar espaço nos veículos de comunicação para a retomada dos padrões tradicionais de atuação policial em favelas.

É importante, nesse sentido, que tanto os atores da sociedade civil, quanto os órgãos públicos da rede de proteção e garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens procurem frear estas narrativas no discurso público e reforçar as medidas institucionais para o cumprimento da ADPF 635.

Há outras violências que estão mais no repertório do cotidiano da própria rede de proteção que emergiram nas entrevistas. Um desafio grande para a prevenção de violências como a violência física, a violência psicológica, a violência sexual e as negligências, reside no fato delas estarem muito articuladas com o contexto intrafamiliar e doméstico e a pandemia impôs a retração de outros espaços seguros para as crianças e adolescentes como as escolas e os projetos da sociedade civil. As escolas, sobretudo, são equipamentos fundamentais para a identificação precoce e prevenção dessas violências.

⁷ Ver <https://www.redesdamare.org.br/br/info/49/acao-civil-publica-da-mare>



Existe, entretanto, um grande gargalo no que se refere às capacidades em termos de pessoal e infraestrutura dos atores da rede de proteção, notadamente, educação, saúde, assistência social e Conselhos Tutelares. Todos estes equipamentos passam atualmente por processos de precarização que se acentuaram com a pandemia.

Mesmo diante deste entrave importante, a composição de um Conselho Tutelar formado por crias da Maré desponta como um potencial muito grande de se tornar um articulador estratégico da rede local.

Tendo em vista que apresentamos aqui um conjunto muito amplo de violências, é importante que os atores da rede debatam os resultados desta pesquisa de forma a priorizar as frentes de ação que possam fortalecer a proteção e a garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens no território.

No processo de reflexão coletiva sobre como superar os desafios na proteção de crianças, adolescentes e jovens da Maré, agravados pela pandemia, o Comitê para a Prevenção de Homicídios de Adolescentes no Rio de Janeiro, instância participativa que congrega diversas organizações do Estado e da sociedade civil, pode ser um parceiro importante. O Comitê pode colaborar na criação de pontes entre a sociedade civil e o poder público, bem como na incidência das demandas da Maré nas políticas públicas.

